

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATA
 - 1.1 – Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
- 2 – **COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE**
- 3 – **CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO**
- 4 – **MANIFESTAÇÕES**
- 5 – **REQUERIMENTOS APROVADOS**
- 6 – **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 7 – **ERRATA**

ATA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA EM 3/3/2022

Presidência do Deputado Sargento Rodrigues

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Doutor Jean Freire – André Quintão – Arnaldo Silva – Bernardo Mucida – Celinho Sintrocel – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Doorgal Andrada – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Hely Tarquínio – João Leite – Laura Serrano – Léo Portela – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Professor Irineu – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Sargento Rodrigues) – Às 14 horas, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 8, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada será publicada na edição de 8/3/2022.).

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

– O presidente despachou, em 3/3/2022, a seguinte comunicação:

Do deputado Betinho Pinto Coelho em que notifica o falecimento de Itamar Félix, ocorrido em 1º/3/2022, em Lagoa Santa.
(– Ciente. Oficie-se.)

**CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO****CORRESPONDÊNCIA**

– O 1º-secretário despachou, em 3/3/2022, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.167/2021, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.920/2021, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.045/2021, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.042/2021, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.945/2021, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.938/2021, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.939/2021, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.941/2021, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.943/2021, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.846/2021, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.857/2021, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.838/2021, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.847/2021, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.856/2021, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.862/2021, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.866/2021, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.881/2021, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.887/2021, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.899/2021, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.911/2021, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.922/2021, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.924/2021, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.931/2021, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.937/2021, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.947/2021, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.959/2021, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.961/2021, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.963/2021, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.967/2021, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.973/2021, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.978/2021, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.980/2021, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.981/2021, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.982/2021, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.918/2021, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.877/2021, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.942/2021, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.851/2021, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.226/2021, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.584/2021, da deputada Leninha. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.736/2021, da deputada Ione Pinheiro. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.737/2021, da deputada Ione Pinheiro. (– Anexe-se ao referido requerimento.)



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com Heloísa Diniz, formanda do curso de Política do Politize, em Uberlândia, no ano de 2021, por sua disposição em contribuir e participar para o fortalecimento da democracia (Requerimento nº 9.990/2021, do deputado Léo Portela);

de congratulações com Jordana Strano Espada, formanda do curso de Política do Politize, em Uberlândia, no ano de 2021, por sua disposição em contribuir e participar para o fortalecimento da democracia (Requerimento nº 9.992/2021, do deputado Léo Portela);

de congratulações com Jacqueline Aimê dos Reis Vilela, formanda do curso de Política do Politize, em Uberlândia, no ano de 2021, por sua disposição em contribuir e participar para o fortalecimento da democracia (Requerimento nº 9.993/2021, do deputado Léo Portela);

de congratulações com José Augusto Venâncio Bárbara pela formação como mobilizador no curso de Política do Politize, em Uberlândia, no ano de 2021, em reconhecimento à sua disposição de contribuir e participar para o fortalecimento da democracia (Requerimento nº 9.995/2021, do deputado Léo Portela);

de congratulações com Samuel Moraes de Oliveira pela formação como mobilizador no curso de Política do Politize, em Uberlândia, no ano de 2021, em reconhecimento à sua disposição de contribuir e participar para o fortalecimento da democracia (Requerimento nº 9.996/2021, do deputado Léo Portela);

de congratulações com João Lucas Ribeiro Moreira pela atuação como mobilizador no curso de Política do Politize, em Uberlândia, no ano de 2021, em reconhecimento à sua disposição de contribuir e participar para o fortalecimento da democracia (Requerimento nº 9.997/2021, do deputado Léo Portela);

de congratulações com Rayssa Lemes Ordonhes pela formação no curso de Política da organização Politize, em Uberlândia, no ano de 2021, em reconhecimento à disposição da formanda em contribuir para o fortalecimento da democracia (Requerimento nº 10.006/2021, do deputado Léo Portela);

de congratulações com Marco Túlio Pereira Silva, estudante da Escola Estadual Ilídio da Costa Pereira, localizada em Divinópolis, pela conquista da medalha de ouro na 16ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Requerimento nº 10.418/2022, do deputado Inácio Franco);

de congratulações com a Maj. PM Danúbia Souza Rosalino Lopes pelo novo posto de comandante da 3ª Companhia Independente de Prevenção à Violência Doméstica, da 3ª Região de Polícia Militar, instalada oficialmente no dia 21/1/2022, em Santa Luzia, bem como pelo seu trabalho dedicado ao combate à violência contra as mulheres no Estado (Requerimento nº 10.466/2022, da Comissão dos Direitos da Mulher).



REQUERIMENTOS APROVADOS

REQUERIMENTOS APROVADOS

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se, em relação aos requerimentos que têm como destinatários titulares dos órgãos da administração pública direta e indireta do Estado, o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

REQUERIMENTO Nº 9.640/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento desta deputada e dos deputados Cleitinho Azevedo e Elismar Prado e da deputada Ione Pinheiro aprovado na 13ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/10/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG –, ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – e ao Procon Estadual de Minas Gerais pedido de providências para sejam verificadas as medidas administrativas e judiciais cabíveis em face de eventual majoração irregular das tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e esgoto estabelecidos nos termos da Resolução Arsae-MG nº 154, de 28 de junho de 2021.

Requer ainda seja encaminhado ao referido órgão as notas taquigráficas da 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização que teve por finalidade debater os impactos do aumento das tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento cobradas pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG –, nos termos da Resolução Arsae-MG nº 154, de 28 de junho de 2021, e pela Copanor, para conhecimento.

Sala das Reuniões, 4 de novembro de 2021.

Rosângela Reis, presidenta da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (Pode).

REQUERIMENTO Nº 9.659/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado, Romeu Zema, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – e à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que sejam reduzidos os tempos necessários para atendimento dos pedidos de instalação de novas ligações de energia da Cemig.

Sala das Reuniões, 9 de novembro de 2021.

Elismar Prado, vice-líder do Bloco Democracia e Luta (Pros).

Justificação: Em 8/11/2021 a coluna do Jornal O Tempo, assinada por Luiz Tito, trouxe uma informação que causou indignação ao afirmar que a Cemig pede prazo de seis (06) meses para a ligação de energia elétrica em empreendimentos em Belo Horizonte! Ainda, que a situação no interior do Estado é ainda mais grave! (<https://www.otempo.com.br/opiniaio/luiz-tito/cemig-nao-quer-consumidores-1.2566773>).

Ora, se empreendimentos comerciais/industriais estão amargando meio ano, coitados dos consumidores rurais e residenciais.

Não bastassem as altas tarifas, tributos, bandeiras e preços abusivos cobrados pelos serviços de ligação de uma empresa que detém monopólio em quase todo o Estado, essa péssima qualidade relatada em jornal de alcance nacional envergonha os mineiros e causa indignação.

Por esses motivos, requer que sejam tomadas todas as providências para que sejam reduzidos os tempos de ligação de energia elétrica em todas as localidades atendidas pela Cemig.

Nesse passo, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 9.660/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado de Minas Gerais, à Secretaria de Estado de Governo – Segov –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF –, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – e ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A – BDMG – pedido de providências para que sejam estabelecidos incentivos financeiros e creditícios para a instalação de equipamentos de geração de energia solar por pessoas físicas.

Sala das Reuniões, 9 de novembro de 2021.

Elismar Prado, vice-líder do Bloco Democracia e Luta (Pros).

Justificação: Além de reduzir a caríssima conta de energia elétrica, composta pelo altíssimo ICMS e a extrema tarifa chamada de “bandeira escassez hídrica”, e priorizar investimentos que precisam ser feitos nas redes da Cemig, Minas Gerais precisa trabalhar e incentivar a diversificação da matriz energética urgentemente.

Incentivos a energia solar contribuirão para diminuir a pressão sobre os reservatórios de água e para diminuir a emissão de gás carbônico e outros poluentes advindos da utilização de termelétricas e da construção de novas hidroelétricas, minorando também outros impactos ambientais indesejáveis advindos desses tipos de geração. Essa é uma grande demanda da população reforçada inclusive pelo vereador Adeilton José da Silva, representante do Município de Ituiutaba, conforme ofício encaminhado ao nosso gabinete.

Nosso Estado já possui mecanismos de incentivo fiscal para o setor em questão, contudo, quanto aos incentivos financeiros ou creditícios, ao que se observou, apenas para pessoas jurídicas são disponibilizados pelo BDMG.

Destarte, em cumprimento dos incisos I a IX do art. 1º, inciso II do art. 2º e demais disposições da Lei nº 20.849/2013 que “Institui a política estadual de incentivo ao uso da energia solar”, torna-se urgente adotar as medidas necessárias para estabelecer incentivos financeiros ou creditícios para a instalação de equipamentos de geração de energia solar por pessoas físicas.

Com base no exposto, peço o apoio dos nobres pares para que seja aprovado o requerimento.

REQUERIMENTO Nº 9.661/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado de Minas Gerais, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – e à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que sejam tomadas as medidas necessárias para investimentos na rede de distribuição de energia elétrica da estatal mineira em Ituiutaba e região, garantindo assim o fornecimento adequado do bem essencial, evitando apagões desastrosos como o ocorrido em 15 de outubro de 2021.

Sala das Reuniões, 9 de novembro de 2021.

Elismar Prado, vice-líder do Bloco Democracia e Luta (Pros).

Justificação: Lamentavelmente 13 cidades do Triângulo Mineiro voltaram a sofrer com o apagão de energia elétrica que ocorreu durante uma forte chuva e vendaval. Moradores de Cachoeira Dourada, Campina Verde, Capinópolis, Carneirinho, Guarinhatã, Ipiaçu, Itapagipe, Ituiutaba, Iturama, Limeira do Oeste, Santa Vitória, São Francisco de Sales e União de Minas ficaram no escuro por mais de 30 horas.

Os prejuízos aos comerciantes, produtores rurais e aos moradores foram imensos, além dos riscos à vida nas unidades de saúde e no Hospital São José, em Ituiutaba, e dos problemas no abastecimento de água. Os postos de combustíveis em Ituiutaba também ficaram sem funcionamento. Foi necessária até mesmo uma força-tarefa para remanejar as vacinas contra Covid para não perder nenhuma dose. Produtores rurais chegaram a estimar prejuízos individuais de R\$ 30 mil.

Ocorre que o apagão do dia 15 de outubro não foi um episódio isolado. A população tem sofrido com a falta de energia constante, como no dia 24 de setembro em que Ituiutaba, Iturama, Prata, Tupaciguara, Campina Verde e Capinópolis, e outros municípios do entorno, ficaram sem energia após um curto-circuito numa linha de distribuição.

Recebemos em nosso gabinete apelo do vereador Adeilton José da Silva, representante da cidade de Ituiutaba. O nobre vereador, preocupado com a situação de sua cidade e de outras doze da região, solicita as providências para que as quase trezentas mil pessoas afetadas pela queda de uma torre de transmissão em 15/10/2021 não fiquem reféns de eventuais e futuros novos acidentes, pois só há uma linha de transmissão de energia elétrica na região.

O ofício faz um relato breve, mas contundente, do que sofreram as centenas de milhares de pessoas, por cerca de 36 horas, sem energia elétrica.

“É sabido que existe apenas uma rede de transmissão para toda essa região, deixando essas quase 300 mil pessoas a mercê de eventos catastróficos como o que ocorreu neste final de semana. Os prejuízos são imensuráveis, quantas pessoas ficaram sem água, sem comida e sem poder trabalhar, pois todos os estabelecimentos comerciais tiveram que fechar as portas, além dos hospitais que foram muito prejudicados e conseqüentemente os pacientes que ali buscavam tratamento”.

O governador Romeu Zema, em visita ao Município de Ituiutaba, conforme noticiado (<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2021/10/30/zema-anuncia-investimento-em-saude-e-educacao-em-ituiutaba.ghtml>), afirmou que em seu mandato a Cemig tem como principal local de investimentos nosso Estado, o que jamais poderia ser diferente. Além disso, a Cemig estaria levando energia trifásica para toda a rede rural.

Assim, torna-se urgente a verdadeira ampliação da rede de transmissão com a construção de mais uma central de distribuição de energia elétrica para atender a população com qualidade, visto que os consumidores já sofrem pagando a conta de energia mais cara do Brasil com o ICMS que passa de 42% com a cobrança por dentro.

REQUERIMENTO Nº 9.745/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 46ª Reunião Extraordinária, realizada em 17/11/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para seja realizada a manutenção corretiva, em caráter de urgência, da rede elétrica do Bairro Caladinho de Cima, no Município de Coronel Fabriciano, notadamente no transformador localizado na Rua Tapuias, tendo em vista as constantes quedas de energia que têm ocorrido na região.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2021.

João Magalhães, presidente da Comissão de Administração Pública (MDB).

REQUERIMENTO Nº 10.248/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Governadoria do Estado e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a realização de concurso público para o curso de Direito da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg –, campus de Passos – Passos, concurso este demandado pela comunidade estudantil e aguardado pelos docentes da Universidade (conforme anexo).

Sala das Reuniões, 3 de janeiro de 2022.

André Quintão, líder do Bloco Democracia e Luta (PT).

REQUERIMENTO Nº 10.256/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para que os pagamentos do rateio do Fundeb realizados aos servidores da educação não sofram a incidência de contribuição previdenciária, na forma determinada pelo Decreto Estadual nº 48.325, de 27 de dezembro de 2021, cujo art. 5º prevê que “o valor percebido pelos servidores no rateio não será incorporado aos vencimentos ou aos subsídios para nenhum efeito, bem como não será considerado para cálculo de qualquer vantagem pecuniária e sobre ele não incidirão os descontos previdenciários e de assistência médica”. Por tal razão, requer a correção da ilegalidade, nos casos em que houve o pagamento do rateio aos servidores com a incidência de descontos indevidos em seus contracheques.

Sala das Reuniões, 7 de janeiro de 2022.

Cleitinho Azevedo (Cidadania)

REQUERIMENTO Nº 10.277/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para restabelecer o abastecimento permanente de água no Bairro Cruzeiro no Município de Camanducaia, que tem sofrido com sistemáticos cortes no fornecimento, devido a instalações insuficientes para atender a demanda do bairro, necessitando de urgentes obras de ampliação e adequação das instalações.

Sala das Reuniões, 24 de janeiro de 2022.

Ulysses Gomes, Líder da Minoria (PT).

REQUERIMENTO Nº 10.282/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério da Educação – MEC –, ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep – e ao Conselho Nacional de Educação – CNE – pedido de providências para apurar prejuízos e injustiças contra os(as) candidatos(as) ao Enem 2020.

Sala das Reuniões, 24 de janeiro de 2022.

Leninha, vice-líder do Bloco Democracia e Luta e vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos (PT).

Justificação: Pedido de providências em relação ao Enem 2020, em que os (as) candidatos (as) fizeram as provas no mês de janeiro de 2021 e foram utilizadas as suas posteriores notas somente no segundo semestre de 2021. Entretanto estes candidatos serão prejudicados e injustiçados devido às situações pontuadas a seguir:

Estes candidatos compareceram para realizar as provas durante o ápice da pandemia de Covid-19 sem estarem vacinados.

O Inep favoreceu os (as) candidatos (as) que não puderam realizar as provas em 2021 por algum motivo referente a pandemia e tiveram a possibilidade de fazer novamente a inscrição para o Enem 2021 com isenção de taxa. Portanto, quem fez as provas na pandemia, foi injustiçado por concorrer apenas uma vez, no segundo semestre e com número reduzido de vagas. Uma vez que muitos cursos são anuais, o que tira a possibilidade de ingresso dos (as) estudantes.

No primeiro semestre são ofertadas maior número de vagas, muitos (as) estudantes ficaram de fora desta oportunidade e se sentiram lesados (as) e prejudicados (as), pois o número de vagas ofertadas no segundo semestre de 2021, foi reduzido.

Outra questão é a de que quanto menor o número de vagas, mais altas serão as notas de corte, o que ocorreu no segundo semestre de 2021.

Uma boa parte das instituições que os estudantes almejavam, não ofertaram cursos no segundo semestre de 2021, pois estes foram preenchidos pelas notas do Enem 2019 no primeiro semestre 2021. Portanto, os (as) candidatos(as) do Enem 2019 puderam utilizar suas notas em três processos, sendo duas no primeiro semestre (2020 e 2021) e uma no segundo semestre de 2020.

Mediante a estas desigualdades de oportunidades, faço um apelo a Vossa Excelência para que se busque os meios para sanar esta injustiça, permitindo que os (as) candidatos (as) do Enem de 2020 exercessem sua cidadania e utilizassem suas notas como todos utilizam em dois processos seletivos pleiteados para o Enem deste ano.

REQUERIMENTO Nº 10.319/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “e”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica pedido de informações para que seja divulgado o “peso” da bandeira tarifária “Escassez Hídrica” no consumo de energia elétrica pelos mineiros no mês de janeiro/2022, ou seja, busca-se saber o valor global cobrado a mais nas faturas referentes ao consumo de energia no Estado de Minas Gerais nesse período, em comparação com a quantificação das mesmas faturas, mas sob a Bandeira Vermelha, no patamar 2.

Sala das Reuniões, 1º de fevereiro de 2022.

Cleitinho Azevedo (Cidadania)

REQUERIMENTO Nº 10.376/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – Setec – do Ministério da Educação – MEC – pedido de providências para a reclassificação do Tipo de Unidade e Composição do modelo de dimensionamento de cargos e funções do Campus Barbacena do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, de 120/90 Agrícola, para 150/100, nos termos do art. 23 da Portaria MEC nº 713, de 8 de setembro de 2021. Requer ainda, após a necessária reclassificação desse Campus, a criação do Instituto Federal Campo das Vertentes – IFCV –, por desmembramento do Campus Barbacena do IF Sudeste, para a expansão da oferta de ensino público, gratuito e de qualidade, de modo a atender às necessidades dos diversos setores produtivos da região, além de ampliar o acesso ao conhecimento e à interação com as comunidades locais beneficiadas por projetos de pesquisa e extensão.

Sala das Reuniões, 7 de fevereiro de 2022.

Coronel Henrique (PSL)

Justificação: Criado em 1910, o Campus Barbacena encontra-se vinculado à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – Setec – do Ministério da Educação. Em imponente estilo normando, a instituição possui uma área de aproximadamente 479 hectares e uma excelente estrutura com salas de aulas, laboratórios, museus, complexo esportivo, laticínio, biblioteca, refeitório, prédios administrativos e de apoio, e vários núcleos com infraestrutura como de Zootecnia, Agricultura, Equinocultura, Informática e Química.

Trata-se de uma instituição diferenciada, não apenas por sua estrutura paisagística, mas por ter-se firmado, no cenário nacional, como destacada instituição de ensino e pesquisa, oferecendo uma grande diversidade de cursos, e acompanhando as mudanças econômicas e sociais, sempre buscando atender as demandas da comunidade local e regional. Atualmente são ofertados, 1 curso de Pós-Graduação Lato Sensu, 10 Cursos Superiores, 6 Cursos Subsequentes e 4 Cursos Técnicos Integrados, atendendo a quase 3.000 alunos.

Assim, diante do cenário de desenvolvimento econômico e social do município de Barbacena e da região do Campo das Vertentes, a ampliação da rede federal de ensino por meio da reclassificação do Campus Barbacena para o tipo de Unidade 150/100, bem como sua futura ampliação por meio da criação do Instituto Federal Campo das Vertentes – IFCV –, tornam-se oportunas e necessárias, de modo a amplificar a oferta de educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, e a formação e qualificação de cidadãos com vistas à atuação nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 25/2/2022, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Adriane Hepp Swiatovy, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização;

exonerando Ivani Gonçalves de Andrade, padrão VL-20, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Marquinho Lemos;

exonerando Lilian Nunes Cruz, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cristiano Silveira;

nomeando João Luiz Dias Silva, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização;

nomeando Lilian Nunes Cruz, padrão VL-20, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Marquinho Lemos.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 87/2021

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 172/2021

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que, em virtude de alterações no edital do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto selecionar a proposta mais vantajosa para contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de detecção, alarme e combate de incêndio, a sessão pública virtual fica adiada para as 10 horas do dia 15/3/2022.

Belo Horizonte, 4 de março de 2022.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.



ERRATA

PROJETO DE LEI Nº 3.417/2021

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 15/12/2021, na pág. 31, no art. 1º, onde se lê:

“R\$793,10 (setecentos e noventa e três reais e sessenta e dois centavos)”, leia-se:

“R\$793,10 (setecentos e noventa e três reais e dez centavos)”.